

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	31
Capítulo I — Preliminares	33
11. Introdução	33
12. Terminologia	38
13. Características	39
13.1. Título	40
13.2. Generalidade	40
13.3. Ideia-síntese	41
13.4. Aplicabilidade	41
13.5. Vitaliciedade	41
13.6. Individualidade	42
13.7. Supletividade	43
13.8. Juridicidade	43
13.9. Limites	43
13.10. Confronto de limites	44
14. Fundamento e importância	44
15. Aplicação e papel	46
16. Funções	50
17. Classificação	51
18. Doutrina brasileira	52
18.1. Albino Pereira da Rosa	52
18.2. Armando de Oliveira Assis	53
18.3. <i>Fides Angélica Ommati</i>	54

18.4. José dos Reis Feijó Coimbra	55
18.5. Marly Antonieta Cardone	55
18.6. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira	56
18.7. Mozart Victor Russomano	56
18.8. Octavio Bueno Magano	59
18.9. Tupinambá M. Castro do Nascimento	59
18.10. Sérgio Pinto Martins	61
19. Doutrina estrangeira	62
19.1. Augusto Venturi	62
19.2. Carlos Martí Bufill	63
19.3. Carmelo Mesa-Lago	63
19.4. Javier Hünicken	64
19.5. José Manuel Almansa Pastor	64
19.6. Germán Prieto Escudero	65
19.7. Mário L. Deveali	67
19.8. Patricio Novoa Fuenzalida	68
19.9. Princípios do VI Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social.....	69
19.10. Princípios do Mercosul	71
20. Conceito	72
Capítulo II — Princípio Fundamental: Solidariedade Social	74
21. Introdução	74
22. Significado	74
23. Origem	75
24. Limites	76
25. Tipos	77
26. Classificação	78
27. Aplicação	79
28. Funções	80

29. Fundamentos	80
29.1. Noções de proteção pessoal	80
29.2. Noções de proteção familiar	80
29.3. Noções de assistência pública	81
29.4. Noções de assistência religiosa	82
29.5. Noções de seguro privado	82
29.6. Noções de mutualismo	82
29.7. Noções de Seguro Social	83
29.8. Noções de assistência social	85
29.9. Noções de ações de saúde	86
29.10. Noções de seguridade social	87
30. Conceito	88
Capítulo III — Princípio Dignidade	89
31. Introdução	89
32. Postulado fundamental	89
33. Seguridade Social	90
34. Aplicação previdenciária	90
35. Interpretação do princípio	92
36. Transparência administrativa	92
37. Acesso à justiça	92
38. União homoafetiva	92
39. Estatuto do idoso	93
40. Direito adquirido	93
Capítulo IV — Princípio do Equilíbrio Econômico	94
41. Introdução da matéria	95
42. Conceito mínimo	95
43. Significado lógico	96
44. Causa e surgimento	97

45. Classificação didática	98
46. Natureza e substância	98
47. Alcance e abrangência	98
48. Objetivo técnico	99
49. Consequências jurídicas	99
50. Aplicação prática	99

Capítulo V — Princípios Básicos

51. Introdução	101
52. Princípio da proteção	102
53. Princípio da obrigatoriedade	104
54. Princípio da facultatividade	107
55. Princípio da universalidade	108
56. Princípio da continuidade	109
56.1. Continuidade da filiação	110
56.2. Continuidade da contribuição	111
56.3. Continuidade da prestação	111
57. Princípio da essencialidade	113
58. Princípio da unidade	115
59. Princípio da supletividade	116
60. Princípio das desigualdades sociais	117

Capítulo VI — Princípios Técnicos

61. Introdução	119
62. Princípios de filiação	119
62.1. Automaticidade da filiação	120
62.2. Unicidade da filiação	123
62.3. Caducidade dos direitos da qualidade de segurado	126
62.4. Extinção da filiação	129
63. Princípios da inscrição	130

64. Princípios do custeio	131
64.1. Capacidade contributiva	132
64.2. Obrigatoriedade da contribuição	133
64.2.1 Contribuição mínima	134
64.3. Boa-fé do contribuinte	135
64.4. Solidariedade fiscal	136
64.5. Responsabilidade pessoal	139
64.6. Autonomia da vontade no salário-base	140
64.7. Precedência do custeio	142
64.8. Trimestralidade nonagesimal	144
64.9. Equidade no custeio	145
64.10. Diversidade do financiamento	146
65. Princípios das prestações	146
65.1. Automaticidade da prestação	147
65.2. Proteção ao benefício	148
65.2.1. Definitividade da mensalidades	149
65.2.2. Continuidade dos pagamentos	150
65.2.3. Irrenunciabilidade do direito	151
65.2.4. Indisponibilidade da pensão por morte	152
65.2.5. Intransferibilidade da titularidade	152
65.2.6. Inalienabilidade	153
65.2.7. Impenhorabilidade	153
65.2.8. Reajustamento do valor	153
65.2.9. Desnecessidade do afastamento do trabalho	155
65.2.10. Montante mínimo	156
65.3. Autonomia da vontade	157
65.4. Correlatividade da prestação em relação à contribuição	159
65.5. Independência da situação do beneficiário	161
65.5.1. Aeticidade na legislação acidentária	163

65.6. Imprescritibilidade do direito	164
65.7. Unicidade	167
65.8. Irredutibilidade do valor	168
65.9. Seletividade	169
65.10. Distributividade	169
66. Princípios gerais de direito	170
67. Princípios diversos	172
67.1. Conhecimento da lei	173
67.2. Individualidade	174
67.3. Territorialidade	175
68. Princípio da subsidiaridade da legislação	176
69. Princípio das desigualdades	177
70. Princípio da equivalência urbano-rural	178
Capítulo VII — Princípios de Previdência Complementar	181
71. Princípio da facultatividade	182
72. Princípio da subsidiaridade da prestação	183
73. Princípio da complementaridade do benefício	183
74. Princípio da universalidade	183
75. Princípio da solidariedade dos participantes	184
76. Princípio da irredutibilidade da complementação	184
77. Princípio da independência das peças jurídicas	184
78. Princípio da gestão colegiada	185
79. Princípio da submissão ao direito privado	185
80. Princípio da transparência	186
Capítulo VIII — Princípios Administrativos	188
81. Introdução	188
82. Princípio da legalidade administrativa	189
83. Princípio da moralidade administrativa	190

84. Princípio da finalidade administrativa	190
85. Princípio da imediatidade administrativa	192
86. Princípio da capacidade administrativa	192
87. Princípio da publicidade administrativa	193
88. Princípio da racionalidade administrativa	194
89. Princípio da gestão democrática	195
90. Princípios gerais do serviço público	195
Capítulo IX — Princípios Assistenciários	197
91. Introdução	197
92. Princípio da necessidade	200
93. Princípio da incapacidade contributiva	201
94. Princípio da disponibilidade de recursos	202
95. Princípio da desproporção entre necessidade e proteção	203
96. Princípio do custeio indireto	203
97. Princípio da facultatividade	204
98. Princípio do informalismo procedimental	205
99. Princípio da igualdade dos beneficiários	205
100. Princípio do direito às prestações assistenciárias	206
Capítulo X — Princípios das Ações de Saúde	207
101. Princípio do acesso aos serviços de saúde	208
102. Princípio da integralidade da prestação	209
103. Princípio da autonomia da pessoa	209
104. Princípio da igualdade no atendimento	209
105. Princípio do direito à informação	210
106. Princípio do uso da epidemiologia	211
107. Princípio da participação da comunidade	211
108. Princípio da descentralização administrativa	211
109. Princípio da interação de outras políticas	212
110. Princípio da conjugação dos entes políticos	212

Capítulo XI — Princípios da Infortunística	213
111. Introdução	213
112. Princípio da obrigatoriedade do SAT	215
113. Princípio do monopólio estatal	216
114. Princípio da competência da Justiça Comum	217
115. Princípio da subsidiariedade da legislação previdenciária	218
116. Princípio do acesso ao Poder Judiciário	219
117. Princípio da correspondência entre dano e indenização	219
118. Princípio do nexo causal entre labor e acidente	220
119. Princípio da celeridade do processo	221
120. Princípios do processo acidentário	221
Capítulo XII — Princípios da Internacionalização	223
121. Introdução	223
122. Princípio da solidariedade internacional	224
123. Princípio da reciprocidade	225
124. Princípio da igualdade de tratamento	226
125. Princípio da conservação dos benefícios em vias de aquisição	227
126. Princípio da preservação dos direitos adquiridos	227
127. Princípio do pagamento das prestações no exterior	228
128. Princípio da equivalência dos gestores	229
129. Princípio da livre circulação dos trabalhadores	229
130. Princípio da adaptação das legislações nacionais	230
Capítulo XIII — Princípios Constitucionais	231
131. Introdução	231
132. Princípio da liberdade	232
133. Princípio da igualdade	233
134. Princípio da legalidade	236
135. Princípio da competência	238

136. Princípio do solidarismo social	239
137. Princípio da divisão do financiamento	240
138. Princípio da relação entre custeio e prestações	242
139. Princípio da integração econômica da América Latina	243
140. Princípio do direito adquirido	244
Capítulo XIV — Princípios de Outras Ciências Jurídicas	249
141. Introdução	249
142. Princípios de Direito Social	249
143. Princípios de Direito Público e Privado	250
144. Princípios de Direito Sindical	252
145. Princípios de Direito Agrário	252
146. Princípios de Direito Tributário	254
147. Princípios de Direito do Trabalho	257
147.1. Proteção trabalhista	257
147.2. Irrenunciabilidade dos direitos	257
147.3. Continuidade da relação laboral	257
147.4. Primazia da realidade	258
147.5. Razoabilidade	259
147.6. Boa-fé	259
148. Princípios de Direito Processual	259
148.1. Princípio da economia processual	261
148.2. Princípio do contraditório	261
149. Princípios de Direito Penal	262
150. Princípios de Direito Internacional	263
Capítulo XV — Princípios de Direito Procedimental	264
151. Introdução	264
152. Princípio da iniciativa administrativa	265
153. Princípio da simplicidade	266

154. Princípio da gratuidade	267
155. Princípio da celeridade	268
156. Princípio da supletividade do CPC	269
157. Princípio da <i>reformatio in pejus</i>	270
158. Princípio da dependência da ação judiciária	271
159. Princípio do recurso obrigatório	272
160. Princípios do processo administrativo	272
Capítulo XVI — Princípios Interpretativos	275
161. Introdução	275
162. Princípio do <i>in dubio pro misero</i>	276
163. Princípio do <i>in dubio pro societate</i>	285
164. Princípio da norma mais favorável	288
165. Princípio da irretroatividade da lei	292
166. Princípio da interpretação extensiva	294
167. Princípio da interpretação restritiva	295
168. Princípio do sentido social da lei	296
169. Princípio da equidade	297
170. Princípio da retroeficácia benéfica	298
Capítulo XVII — Outros Institutos Jurídicos	299
171. Introdução	299
172. Regras técnicas	300
172.1. Antecipação da contribuição	300
172.2. Correlação entre salário de contribuição e salário de benefício	302
172.3. Comunicabilidade dos regimes	302
172.4. Manifestação da vontade	303
172.5. Ingresso do incapaz	304
172.6. Impressão digital	304
172.7. Obrigatoriedade dos exames médicos	305

172.8. Automaticidade de transformação dos benefícios	305
172.9. Inacumulabilidade das prestações	305
172.10. Verificação das procurações	307
173. Técnicas consagradas	307
173.1. Manutenção da qualidade de segurado	308
173.2. Período de carência	308
173.3. Pluriatividade no custeio	310
173.4. Cálculo da pluriatividade nas prestações	310
173.5. Rateio da pensão	311
173.6. Concorrência entre dependentes	312
173.7. Cálculo da renda inicial	313
173.8. Justificação administrativa	315
173.9. Aferição na construção civil	315
173.10. Transformação dos benefícios	316
174. Presunções válidas	316
174.1. Presunção do trabalho	317
174.2. Presunção da morte	318
174.3. Presunção do trabalho do sócio-gerente	318
174.4. Presunção da dependência econômica	319
174.5. Presunção do desconto e do recolhimento	320
174.6. Presunção da designação	321
174.7. Presunção do salário-base	321
174.8. Presunção da pensão alimentícia	322
174.9. Presunção da incapacidade	322
174.10. Presunção da inscrição	323
175. Máximas	323
175.1. <i>Acessorium sequitur suum principale</i>	324
175.2. <i>In eo quod plus est semper inest et minus</i>	325
175.3. <i>Dormientibus non succurrit jus</i>	325
175.4. <i>Affirmanti incumbit probatio</i>	326

175.5. <i>Error calculi non facit jus</i>	327
175.6. <i>In claris cessat interpretatio</i>	328
175.7. <i>Ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet</i>	328
175.8. <i>Nihil innovare appellatione interposta</i>	329
175.9. <i>Cum lex praeteritum quid indulget, in futurum vetat</i>	330
175.10. <i>Dies a quo non computatur</i>	330
176. Natureza da prestação	331
176.1. Substituidora dos ingressos	332
176.2. Reparadora dos riscos sociais	333
176.3. Direito exigível	333
176.4. Mantenedora do <i>status</i> social	334
176.5. Libertadora e valorizadora do homem	334
176.6. Caráter alimentar	334
176.7. Distribuidora de renda	335
176.8. Incentivadora do consumo	335
176.9. <i>Intuitu personae</i>	336
176.10. Natureza pecuniária	336
177. Razões previdenciárias	337
178. Tendências	339
178.1. Tributação dos recursos	341
178.2. Não prevalência da contribuição e relevância do fato	343
178.3. Universalização dos regimes e dos beneficiários	344
178.4. Novas medidas do fato gerador	345
178.5. Alargamento do salário de contribuição	346
178.6. Revisão do Plano de Benefícios	348
178.7. Internacionalização do seguro social	350
178.8. Integração do SAT	350
178.9. Indispensabilidade da assistência médica	351
178.10. Desestatização da técnica protetiva	351
179. Especificidade da Previdência Social	352
180. Direito Previdenciário e previdência social	354

Capítulo XVIII — Distinções Teóricas	355
181. Técnicas de proteção social	355
181.1. Seguro e seguridade social	356
181.2. Previdência e assistência social	356
181.3. Seguro mútuo e privado	357
181.4. Técnicas sociais e pessoais	357
181.5. Universalidade horizontal e vertical	357
181.6. Previdência estatal e particular	358
181.7. Estatização e privatização	360
181.8. Sistema e regime	360
181.9. Regime geral e especial	361
181.10. Assistência total e seguridade social	361
182. Direito em geral	362
182.1. Expectativa de direito e direito adquirido	363
182.2. Situação de fato e de direito	364
182.3. Vigência e eficácia	365
182.4. Efeito <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i>	366
182.5. Princípio e norma dispositiva	366
182.6. Lei ordinária e lei delegada	367
182.7. Lei geral e especial	367
182.8. Direito substantivo e adjetivo	368
182.9. Direito subjetivo e potestativo	369
182.10. Restauração e efeito ripristinatório	369
183. Distinções lógicas	370
183.1. Atividade econômica e lucrativa	371
183.2. Capacidade física e jurídica	371
183.3. Principal e acessório	372
183.4. Aposentação e aposentadoria	373
183.5. Uso e costume	374
183.6. Essência real e natureza jurídica	374

183.7. Aumento e reajustamento	375
183.8. Obrigação e dever	376
183.9. Aposentação e desaposentação	376
183.10. Produção e produtividade	377
184. Sujeitos da obrigação fiscal	377
184.1. Empresa e estabelecimento	378
184.2. Empresa controladora e coligada	379
184.3. Empresa de direito e de fato	379
184.4. Atividade-meio e atividade-fim	380
184.5. Fornecedor e tomador de mão de obra	381
184.6. Preponderância ou não de segurados	381
184.7. Prédio rústico e edifício	382
184.8. Condomínio vertical e horizontal	382
184.9. Missão diplomática e escritório estrangeiro	383
184.10. Ordem ou congregação	383
185. Direito do Trabalho	384
185.1. Contrato de trabalho e de emprego	385
185.2. Contrato de experiência e de aprendizagem	385
185.3. Trabalho sazonal e intermitente	386
185.4. Contrato tácito e expresso	386
185.5. Local de trabalho e canteiro de obras	387
185.6. Subordinação e independência	388
185.7. Foro do contrato e local do serviço	388
185.8. Convenção e acordo coletivo	389
185.9. Contrato de temporário e de avulso	390
185.10. Prestações empresariais e previdenciárias	391
186. Relação de previdência social	392
186.1. Filiação e inscrição	392
186.2. Segurado e dependente	393
186.3. Segurados obrigatórios e facultativos	394

186.4. Base material e automaticidade da filiação	395
186.5. Inscrição e designação	395
186.6. Inscrição prévia e <i>post-mortem</i>	396
186.7. Vinculação e matrícula	396
186.8. Qualidade de segurado	397
186.9. Início de atividade e da relação	397
186.10. Regularidade do exercício profissional	398
187. Direito Previdenciário Procedimental	398
187.1. Impugnação e recurso voluntário	399
187.2. Depósito recursal	400
187.3. Recurso voluntário e obrigatório	400
187.4. Procedência e subsistência	401
187.5. Juízo de admissibilidade e de mérito	402
187.6. Efeito devolutivo e suspensivo	403
187.7. Recurso escrito e sustentação oral	403
187.8. Revisão de Ofício e Pedido de Uniformização	404
187.9. Distribuição por identidade ou conexão	404
187.10. Coisa julgada judicial e administrativa	404
188. Direito fiscal	405
188.1. Tributo e contribuição	405
188.2. Multa automática e fiscal	406
188.3. Auto de Infração e Notificação Fiscal	407
188.4. Fato gerador e base de cálculo	408
188.5. Pessoa física e jurídica	408
188.6. Pagamento e depósito	409
188.7. Obrigação original e corresponsabilidade	410
188.8. Obrigações principais e acessórias	410
188.9. Anistia e isenção	411
188.10. Imunidade e não incidência	411

189. Previdência supletiva	412
189.1. Previdência aberta e fechada	413
189.2. Patrocínio único ou plúrimo	415
189.3. Suplementação e complementação	415
189.4. Patrocinadora e patrocinada	416
189.5. Regime de capitalização e de repartição	416
189.6. Contribuição única e compartilhada	418
189.7. Contribuição ou benefício definido	418
189.8. Rendas e pecúlios	419
189.9. Institutos técnicos	420
189.10. Intervenção e liquidação	427
190. Órgãos públicos	427
190.1. Administração direta e indireta	428
190.2. Soberania e autonomia	429
190.3. Prefeitura Municipal e Câmara Municipal	430
190.4. Autuação de órgão público	431
190.5. Interdição e intervenção	431
190.6. Empresa pública e sociedade de economia mista	433
190.7. Regime próprio e regime geral	434
190.8. Contagem recíproca	434
190.9. Regime celetista e estatutário	435
190.10. Eventuais e temporários	435
Capítulo XIX — Questões Práticas	436
191. Fato gerador	436
191.1. Descontável e descontado	436
191.2. Bruto ou líquido	438
191.3. Pagamento ou crédito	438
191.4. Regularidade e inadimplência	439
191.5. Autolancamento e lançamento por declaração	439

191.6. Contribuinte coletivo e individual	440
191.7. Aferição direta e indireta	441
191.8. Concomitância e simultaneidade	442
191.9. Pagamento com e sem exame de mérito	443
191.10. Ocorrência ou aperfeiçoamento	443
192. Aspectos gerais da contribuição	444
192.1. Base de cálculo e salário de contribuição	445
192.2. Contribuição mínima e máxima	445
192.3. Aporte mensal e anual	446
192.4. Mês de competência e de pagamento	446
192.5. Mês exigível e não exigível	447
192.6. Restituição e devolução	447
192.7. Parcelamento de direito e de fato	448
192.8. Pagamento em dinheiro e dação em pagamento	449
192.9. Momento do aperfeiçoamento do fato gerador	449
192.10. Decadência e prescrição	450
193. Benefícios	451
193.1. Pagamento único e continuado	451
193.2. Vontade do segurado	452
193.3. Natureza da causa determinante	452
193.4. Salário de benefício e renda mensal inicial	453
193.5. Carência e período básico de cálculo	454
193.6. Duração das mensalidades	455
193.7. Aposentadoria proporcional e integral	456
193.8. Substituidores e reparadores	457
193.9. Risco programado ou imprevisível	458
193.10. Tempo de serviço e de contribuição	458
194. Servidor civil	459
194.1. Servidor ou funcionário	459
194.2. Provimento e investidura	460

194.3. Posse e exercício	460
194.4. Cargo e emprego	461
194.5. Interinidade e estabilidade	461
194.6. Vencimento e remuneração	462
194.7. Requisição com ou sem ônus	462
194.8. Disponibilidade e aposentadoria	463
194.9. Demissão e exoneração	464
194.10. Proventos do aposentado e retribuição do ativo	464
195. Construção civil	465
195.1. Conceito mínimo	465
195.2. Tipos de serviços	466
195.3. Proprietário e dono da obra	467
195.4. Principal e edícula	468
195.5. Responsabilidade direta e solidariedade	468
195.6. Folha de pagamento ou área construída	469
195.7. Custo total e da mão de obra	470
195.8. Retenção e ação regressiva	470
195.9. Apresentação deficiente, não apresentação e sonegação de documentos	471
195.10. Mutirão e ausência de mão de obra	471
196. Disposições penais	472
196.1. Obrigações principais e acessórias	473
196.2. Ato comissivo e omissivo	473
196.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes da multa	474
196.4. Tentativa e consumação	475
196.5. Dolo e culpa	476
196.6. Crime único e continuado	476
196.7. Inadimplência e estar em débito	477
196.8. Distribuir dividendos ou participar nos lucros	478
196.9. Objeto material e formal	478
196.10. Falsidade material e ideológica	479

197. Tipos de segurados	480
197.1. Trabalhador <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>	481
197.2. Empresário e empregador	481
197.3. Sócio-gerente ou cotista	482
197.4. Avulso e eventual	482
197.5. Autônomo e titular de firma individual	483
197.6. Urbano e rural	484
197.7. Diretor-empregado e não empregado	485
197.8. Eclesiástico e religioso	486
197.9. Empregado e temporário	486
197.10. Pessoa em experiência e em aprendizagem	487
198. Pensão por morte e auxílio-reclusão	488
198.1. Designação e inscrição	488
198.2. Direito patrimonial ou contributivo	489
198.3. Concorrência e pretensão incondicional	489
198.4. Esposa e companheira	490
198.5. Pensão alimentícia e previdenciária	491
198.6. Dependência total ou parcial	491
198.7. Desaparecimento ou ausência	492
198.8. Rateio e divisão	493
198.9. Dependente privilegiado e não privilegiado	494
198.10. Qualidade de segurado e de dependente	494
199. Base de cálculo da contribuição	494
199.1. Remuneração e salário	495
199.2. Indenização e ressarcimento	496
199.3. Pelo trabalho e para o trabalho	498
199.4. Salário em dinheiro e <i>in natura</i>	498
199.5. Remuneração e verba de representação	499
199.6. Férias fruídas e indenizadas	500
199.7. Gratificação ou prêmio	500

199.8. Diárias para viagem e ajuda de custo	501
199.9. Ajuda por transferência provisória ou definitiva	502
199.10. Participação nos lucros ou resultados	502
200. Previdência rural	503
200.1. Previdência urbana e rural	503
200.2. Atividade citadina rurícola	504
200.3 Titular de firma individual e segurado especial	504
200.4 Produtor pessoa física e jurídica	505
200.5 Produto rural e não rural	505
200.6 Contribuinte de fato e de direito	506
200.7 Contribuição pessoal e patronal	507
200.8 Indústria rural e caseira	508
200.9 Agroindústria e agrocomércio	510
200.10 Trabalhador urbano e rural	510
Capítulo XX — Fator Previdenciário	513
201. Fontes formais	513
202. Período básico de cálculo	514
203. Conceito mínimo	516
204. Fórmula matemática	517
205. Consequências mediatas	518
206. Resultados desejados pelo MPS	519
207. Perdas e ganhos	519
208. Exemplos do cálculo	520
209. Implantação gradual	521
210. Constitucionalidade da Lei n. 9.876/99	523
Capítulo XXI — Dano Moral	525
211. Noção mínima	525
212. Conceito doutrinário	526
213. Conceito legal	528

214. Falso dano	530
215. Danos irreparáveis	532
216. Prejuízos inerentes	533
217. Autoria e responsabilidade	535
218. Pessoas jurídicas	536
219. Dano médico	537
220. Causas excludentes	538
Capítulo XXII — Contagem Recíproca	540
221. Fontes formais	540
222. Regimes envolvidos	540
223. Tempos computados	541
224. Tempo insalubre	541
225. Compensação financeira	541
226. Reciprocidade de tratamento	541
227. Documento oficial	541
228. Possibilidade de desaposentação	542
229. Propósito do cômputo	542
230. Devedor da obrigação	542
Capítulo XXIII — Regime Especial	543
231. Natureza jurídica	543
232. Clientela protegida	543
233. Alcance pecuniário	544
234. Ingresso facultativo	544
235. Técnica da filiação	544
236. Período de carência	544
237. Evento determinante	544
238. Renda mensal	544
239. Ingresso no RGPS	545
240. Plano de benefícios	545

Capítulo XXIV — Previdência do Servidor	546
241. Introdução	546
242. Regime próprio	546
243. Conceito de servidor	546
244. Normas de superdireito	547
245. Limite de valor	547
246. Cálculo dos proventos	547
247. Fórmula 95	547
248. Contribuição dos inativos	548
249. Prestações previstas	548
250. Complementação pública	548
Capítulo XXV — Flexibilização do SAT	549
251. Introdução	549
252. Conceito de flexibilização	549
253. Âmbito da acidentalidade	549
254. Período básico de cálculo	550
255. Cálculo do FAP	550
256. Custo da frequência	550
257. Custo da gravidade	551
258. Custo das prestações	551
259. Segmento econômico	551
260. Contestação empresarial	551
Capítulo XXVI — Nexo Epidemiológico	552
261. Conceito doutrinário	552
262. Fontes formais	552
263. Nexo causal	552
264. Acidente do trabalho	552

265. Doenças ocupacionais	553
266. Moléstias não ocupacionais	553
267. Perícia médica	553
268. Consequências jurídicas	553
269. Contraprova patronal	554
270. Deontologia jurídica	554
Capítulo XXVII — Destino do Superávit	556
271. Reserva de contingência	557
272. Reserva especial	557
273. Redução das contribuições	557
274. Tipo do plano	557
275. Equilíbrio financeiro	558
276. Plano deficitário	558
277. Soluções aconselhadas	558
278. Vontade do legislador	559
279. Direito procedimental	560
280. Gestão dos planos	560
Capítulo XXVIII — Retirada de Patrocinadora	562
281. Concepção técnica	562
282. Natureza jurídica	563
283. Sujeitos da relação	563
284. Características básicas	563
285. Distinções necessárias	564
286. Pressupostos operacionais	565
287. Caminhos alvitados	565
288. Definição dos compromissos	566
289. Consequências práticas	566
290. Aspectos jurídicos	566

Capítulo XXIX — Meios de Prova	568
291. Conceito doutrinário	568
292. Hierarquia das provas	568
293. Modalidades válidas	569
294. Classificação didática	569
295. Características básicas	570
296. Tipos de demonstrações	571
297. Natureza jurídica	572
298. Regras interpretativas	572
299. Presunções acolhidas	572
300. Recomendações finais	573
Capítulo XXX — Desaposentação	574
301. Introdução do tema	574
302. Conceito elementar	574
303. Direito à renúncia	575
304. Objetivo do requerente	575
305. Pressupostos lógicos	575
306. Características básicas	576
307. Modalidades adotadas	576
308. Prestações renunciáveis	576
309. Consequências institucionais	576
310. Doutrina e jurisprudência	577
Capítulo XXXI — União Homoafetiva	578
311. Ação Civil Pública	578
312. Idealização constitucional	578
313. Conceito mínimo	578
314. Características básicas	579

315. Direito dos conviventes	581
316. Dependência econômica	581
317. Pensão por morte	582
318. Auxílio-reclusão	582
319. Provas da união	582
320. Relações instáveis	583
Capítulo XXXII — Participação nos Lucros ou Resultados	584
321. Introdução do tema	584
322. Conceito de PLR	584
323. Idealização doutrinária	585
324. Disciplina constitucional	585
325. Incidência de contribuição	586
326. Requisitos básicos	587
327. Exigências legais	588
328. Aspectos formais	590
329. Representação sindical	590
330. Distinção do bônus	591
Capítulo XXXIII — Direito dos Idosos	593
331. Escopo fundamental	594
332. Delimitação da clientela	594
333. Pretensão do cidadão	594
334. Defesa civil e moral	594
335. Prestação alimentar	595
336. Previdência social	595
337. Assistência social	595
338. Direito à saúde	595
339. Assistência judiciária	595
340. Crimes em espécie	595

Capítulo XXXIV — Súmula Vinculante STF n. 4	596
341. Preceito dispositivo	596
342. Motivação doutrinária	596
343. Casos previstos	597
344. Conceito de salário mínimo	597
345. Indexador adequado	597
346. Significado da “vantagem”	598
347. Destinatários da norma	598
348. Renda mínima	598
349. Substituição judicial	598
350. Mínimo previdenciário	599
Capítulo XXXV — Decadência e Prescrição	600
351. Introdução do tema	600
352. Distinções imprescindíveis	601
353. Posição da LOPS	602
354. Súmula Vinculante	603
355. Pensamento doutrinário	603
356. Consequência dos cinco anos	604
357. Distinção Constitucional	605
358. Justiça do Trabalho	605
359. Período fisicamente exigível	606
360. Destino dos Recursos	608
Referências Bibliográficas	611
Obras do autor	617